



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

SECRETARIA  
DE SAÚDE

Nº Proc. 08161/22  
Rubrica / Folha 21

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 28161/2022

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre impugnação interposta pela empresa KITCHEN COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, em face do processo administrativo nº19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

Inicialmente, submetemos a apreciação desta especializada no que tange aos aspectos jurídicos da presente impugnação, para após, adotar as medidas necessárias ao prosseguimento do feito.

Nova Friburgo/RJ, 07 de novembro de 2022.

  
Higor de Barros Pinto

Gestão de Processos, Contratos e Convênios  
Matrícula 062.871



Processo: 28161/2022

Requerente: Kitchen Comércio e Indústria Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 169 de 2022 - Processo Licitatório n. 19469/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Kitchen Comércio e Indústria Ltda.* em 26 de outubro de 2022 acerca do Pregão Eletrônico n. 169 de 2022 - Processo Licitatório n. 19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.

Em suma, a empresa afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, a ilegalidade da fundamentação do edital no Decreto n. 10.024/2019, eis que esta não alcança a Municipalidade, por não se tratar de transferência voluntária, bem como que o Município possui legislação própria para regulamentação do pregão eletrônico, que sequer foi citado no preâmbulo.

Afirma, ainda, a existência de irregularidade no subitem 17.2.2, não cabendo ao pregoeiro fazer busca em sites para apresentação de empresas que deixarem de apresentar sua documentação habilitatória completa.

Por fim, alega a existência de omissão no termo de referência e no edital quanto à estrutura mínima da empresa para que seja possível realizar a contratação em razão da complexidade do serviço.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 20, encaminhou o procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do que dispõe o item 29.3 do edital, informando que a licitação se encontra suspensa *sine die* para melhor análise das impugnações interpostas.

Às fls. 21 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando o procedimento a esta Procuradoria para análise dos aspectos jurídicos da presente impugnação.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 26/10/2022 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 31/10/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. No tocante à alegação de ilegalidade da fundamentação do edital no Decreto n. 10.024/2019, sob a justificativa de que não alcança a Municipalidade por não se tratar de transferência voluntária, s.m.j., não assiste razão à impugnante.

A doutrina e a jurisprudência são uníssonas em permitir que a legislação relativa à Administração Pública Federal possa ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios.





Ademais, a nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) dispõe expressamente em seu art. 187 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para sua execução:

*Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei.*

Não bastasse, o próprio Decreto Municipal n. 373/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônico no âmbito do Município de Nova Friburgo, cuja cópia ora se anexa, dispõe expressamente, em seu art. 2º, que serão aplicadas de forma subsidiária as normas da Lei n. 8.666/93, da LC 123/2006 e do Decreto Federal n. 10.024/2019.

Portanto, resta superada a questão.

Quanto à alegação de existência de irregularidade no subitem 17.2.2, também não assiste razão à impugnante. Vejamos o que dispõe o edital sobre o tema:

*17.2.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da verificação pelo pregoeiro, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.*

*17.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.*

Percebe-se que o referido item não abre a possibilidade de inserir informações que já deveriam constar dos documentos originários, como afirma a impugnante, mas tão somente a possibilidade de verificação da validade das certidões, o que se amolda perfeitamente ao § 3º do art. 43 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Sisg ou por aqueles que aderirem ao Sicafe.*

*§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados nos termos do disposto no art. 26.*

*§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.*





24

**§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

Como se pode ver, o dispositivo legal permite expressamente a verificação das certidões nos sites das emissoras como meio legal de prova para fins de habilitação.

Note-se, inclusive, que o § 2º permite que o pregoeiro solicite a juntada de documentos complementares após o julgamento das propostas.

Ademais, o art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) permite a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, cuja evolução legislativa está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União<sup>1</sup>:

*“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”. (sem grifos no original)*

<sup>1</sup> TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.



25

Vale lembrar que no Direito prevalece a máxima “quem pode o mais, pode o menos”. Conclui-se, portanto, que se é possível inclusive a juntada de novo documento, também é possível que o pregoeiro verifique a validade das certidões nos sítios eletrônicos das entidades emissoras, na forma do subitem 17.2.2 do edital e art. 43, § 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019.

Por fim, quanto à alegada existência de omissão no termo de referência e no edital quanto à estrutura mínima da empresa para que seja possível realizar a contratação em razão da complexidade do serviço, por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, **cabe à Secretaria de Saúde a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria**, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Por todo o exposto, **opina-se pelo retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para ciência do presente parecer e manifestação de sua expertise quanto à impugnação apresentada, conforme acima narrado e, após, à Comissão de Pregão II para ciência e providências de sua competência.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de novembro de 2022.

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
João Paulo Figueiredo  
PROCURADOR GERAL  
PROCURADORIA GERAL  
PROCURADORIA GERAL





**De:** Secretaria de Saúde - Gestão de Processos

**Para:** Direção do Hospital Municipal Raul Sertã

**A/C:** Mikaela Raphael Guerreiro Santos

### **DESPACHO - IMPUGNAÇÃO.**

O presente processo administrativo versa sobre aquisição de **alimentação transportada** para atender as demandas do Hospital Municipal Raul Sertã de acordo com a instrução processual acostada aos autos.

Encaminhamos os autos para área técnica, tendo em vista o teor da impugnação anexa as **fls. 05-09**.

Após, retorne para prosseguimento.

  
**HIGOR DE BARROS PINTO**

**Gestão de processos, Contratos e Convênios**

**Mat: 062.871**

Nova Friburgo, 25 de novembro de 2022

Memorando 072/2022

De: SETOR DE NUTRIÇÃO CLÍNICA – HMRS

Para: GPCC SMS

PROCESSO Nº	28161/22
DATA	25 / 11 / 22
FOLHAS Nº	27. RUBRICA

**ASSUNTO: RESPOSTA AO PROCESSO 28161/22**

Através deste memorando e em nome do setor de Nutrição do HMRS, venho esclarecer a cerca dos itens expostos pela empresa Kitchen Services no documento de impugnação sobre o objeto Registro de Preços para

Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Alimentação Transportada.

Item a) avalio não ser de responsabilidade do serviço de nutrição tal esclarecimento e solicito que o setor responsável responda este item em questão;

Item b) acerca de estrutura mínima para possibilidade de contratação – tendo em vista que os setor de nutrição só possui capacidade técnica para responder questões relacionadas a nutrição, entendo estrutura mínima para a contratação do serviço de alimentação transportada, que a empresa possua um espaço de cozinha industrial que comporte a produção de refeições deste porte, levando em consideração o quantitativo de refeições diárias, ultrapassando 2000 refeições/dia, além de equipamentos específicos para otimização do serviço, que garanta qualidade e entrega de todos os pedidos solicitados, com carros específicos para tal uso e também profissionais capacitados e em quantidade suficiente para tal demanda, incluindo nutricionista responsável técnico e nutricionista de produção presentes na cozinha.

Item c) acerca de distância mínima para instalação da cozinha – declaro desconhecer distância mínima para este transporte mas reitero que as refeições precisam chegar ao destino final com suas características físicas, sensoriais, organolépticas e microbiológicas em conformidade com as resoluções vigentes, considerando então, a complexidade do serviço e quantitativo de refeições/dia, acredito ser inviável a contratação deste serviço por uma empresa que não possui suas instalações na cidade em que estará o destino final das refeições, levando em consideração também o tempo de solicitação das refeições, seu transporte e chegada no local.

Espero ter esclarecido todos os itens cabíveis,

Atenciosamente e sempre à disposição, renovo os votos das mais distintas considerações.

  
NUTRICIONISTA  
CRN 94100117-2  
CPF 020.877.067-30

Soraya Fonseca Salvaya de Paula

CRN4 941001172

Mat. PMNF 115.286



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E

Nº Proc. 28161/22

Rubrica / Folha 28

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 28161/2022

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre impugnação interposta pela empresa KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, em face do processo administrativo nº19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

Considerando o indeferimento referente ao item A de acordo com o parecer da Procuradoria Geral do Município de fls. 22/25.

Considerando os esclarecimentos de Ordem Técnica através do memo nº072/2022 às fls. 27.

Cabe informar que esta Secretaria procedeu com a retificação do Termo de Referência, item 21 – DA ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA, de acordo com o narrado pela equipe de nutrição do Hospital Municipal Raul Sertã.

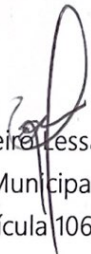
Desta feita, remetemos os autos à Comissão de Pregão II para ciência e providências.

Nova Friburgo/RJ, 28 de novembro de 2022.

  
Higor de Barros Pinto

Gestão de Processos, Contratos e Convênios  
Matrícula 062.871

Ratifico:

  
Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137